



Reitor

Pe. Josafá Carlos de Siqueira SJ

Vice-Reitor

Pe. Francisco Ivern Simó SJ

Vice-Reitor para Assuntos Acadêmicos

Prof. José Ricardo Bergmann

Vice-Reitor para Assuntos Administrativos

Prof. Luiz Carlos Scavarda do Carmo

Vice-Reitor para Assuntos Comunitários

Prof. Augusto Luiz Duarte Lopes Sampaio

Vice-Reitor para Assuntos de Desenvolvimento

Prof. Sergio Bruni

Decanos

Prof. Júlio Cesar Valladão Diniz (CTCH)

Prof. Luiz Roberto A. Cunha (CCS)

Prof. Luiz Alencar Reis da Silva Mello (CTC)

Prof. Hilton Augusto Koch (CCBS)

A GRANDE
REFORMA URBANA
DO RIO DE JANEIRO:
PEREIRA PASSOS,
RODRIGUES ALVES E
AS IDEIAS DE CIVILIZAÇÃO
E PROGRESSO

ANDRÉ NUNES
DE AZEVEDO

EDITORA
PUC
RIO

Mauad X

© Editora PUC-Rio
Rua Marquês de S. Vicente, 225
Projeto Comunicar – casa Agência/Editora
22451-900 | Gávea – Rio de Janeiro, RJ
Telefax: (21)3527-1760/1838
edpucio@puc-rio.br
www.puc-rio.br/editorapucio

© Mauad Editora Ltda.
Rua Joaquim Silva, 98, 5º andar,
Lapa, RJ – 20241-110
Telefone: (21) 3479-7422
Fax: (21) 3479-7400
mauad@mauad.com.br
www.mauad.com.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita das Editoras.

Conselho Gestor PUC-Rio

Augusto Sampaio
Cesar Romero Jacob
Hilton Augusto Koch
Fernando Sá
José Ricardo Bergmann
Luiz Alencar Reis da Silva Mello
Luiz Roberto Cunha
Paulo Fernando Carneiro de Andrade
Sergio Bruni

Revisão de originais

Tomás Batista

Revisão de provas

Cristina da Costa Pereira

Projeto gráfico de capa e miolo

Flávia da Matta Design

Azevedo, André Nunes de

A grande reforma urbana do Rio de Janeiro : Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso / André Nunes de Azevedo. - Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio, 2016.

308 p. : il. ; 23 cm

Inclui bibliografia

ISBN (PUC-Rio): 978-85-8006-221-2

ISBN (Mauad): 978-85-7478-898-2

1. Passos, Pereira, 1836-1913. 2. Rio de Janeiro (RJ) – Civilização - História – Séc.XIX. 3. Renovação urbana – Rio de Janeiro (RJ) - História. I. Título.

CDD: 981.53

À minha mãe Elza Martins, linda flor do Minho

Sumário

Apresentação **11**

Antonio Edmilson Martins Rodrigues

Prefácio **15**

Valdei Lopes de Araujo

Introdução **21**

CAPÍTULO I

As noções de progresso e civilização em fins do Império **31**

- 1.1 As noções de progresso e civilização nas últimas décadas do Segundo Reinado (1870-1889) **32**
 - 1.1a O progresso pela ciência como elemento de legitimação política **32**
 - 1.1b O desenvolvimento da ciência como elemento central da ideia de progresso da Coroa **38**
- 1.2 O desenvolvimento das noções de progresso e de civilização na década de 70 do século XIX **45**
- 1.3 As ideias de progresso e civilização nos discursos da elite política brasileira **48**
- 1.4 A cidade do Rio de Janeiro como espaço de experiência do progresso **54**
- 1.5 O desenvolvimento da engenharia: o crescimento da ideia de progresso enquanto desenvolvimento material no Rio de Janeiro **61**
- 1.6 O desenvolvimento das ideias de progresso e de civilização em fins do Império **70**

CAPÍTULO II

A experiência republicana na cidade
e o redimensionamento da relação de subordinação
entre as ideias de progresso e de civilização **75**

- 2.1. A República da Espada. O reordenamento e a instabilidade política nos primeiros anos da República **76**
- 2.2. A República da Espada e a instabilidade política **80**
- 2.3. O encilhamento como indutor de uma nova experiência na cidade do Rio de Janeiro **86**
- 2.4. Os arautos da ideia de progresso na cidade. O Clube de Engenharia **97**
- 2.5. Os arautos da ideia de progresso. A burguesia cafeeicultora paulista **110**
- 2.6. Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves:
a hegemonia política dos liberais paulistas **118**
 - 2.6a Prudente de Moraes **118**
 - 2.6b Campos Sales **120**
 - 2.6c Rodrigues Alves **122**

CAPÍTULO III

A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro:
o progresso sob a égide da civilização e a
civilização sob a égide do progresso **139**

- 3.1 Paulo de Frontin como tipo metonímico de uma geração de engenheiros brasileiros **140**
- 3.2 Sob a égide do progresso: a Reforma Urbana Federal **143**
- 3.3 A ideia de progresso nas “Mensagens” do presidente **159**
- 3.4 A ideia de progresso através da imprensa do Rio de Janeiro **164**
- 3.5 A escolha de Pereira Passos como prefeito reformador do Rio de Janeiro **168**
- 3.6 Sob a égide da civilização: a Reforma Urbana Municipal **170**
- 3.7 A regulamentação da ética urbana **190**
- 3.8 A ideia de civilização nas “Mensagens” do prefeito **217**
- 3.9 A palavra “civilização” na imprensa carioca durante a Grande Reforma Urbana de 1903-1906 **225**
- 3.10 A vigência da tradição de civilização no Rio de Janeiro **234**

CAPÍTULO IV

À guisa de conclusão.

Pereira Passos e a Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro **243**

- 4.1 Resumindo algumas ideias fundamentais **244**
- 4.2 Teria a reforma urbana municipal tencionado expulsar a população pobre do centro da cidade? **258**
- 4.3 Teria sido a reforma urbana de Pereira Passos uma cópia de Paris? **265**
- 4.4 Revisando a reforma urbana de Pereira Passos **272**
- 4.5 Bônus e ônus: a importância e os legados da Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro para a cidade do século XXI **280**

CONCLUSÃO

Uma cidade incompreendida.
Entre o Quixote da civilização e os
arautos do progresso **291**

REFERÊNCIAS 299

Fontes primárias
Documentos oficiais
Documentos gerais
Dicionários da época
Periódicos
Revistas corporativas
Iconografia e plantas
Livros
Artigos, capítulos, dissertações e teses

LISTA DE IMAGENS 307

Apresentação

O Rio revisto por novas mãos

Apresentar um livro é sempre meritório, especialmente para aquele que é convidado para fazê-lo. E esse mérito aumenta quando o livro é bom. É esse o caso deste que agora apresento e leitores lerão daqui a poucas páginas. Para não perder mérito, entretanto, é preciso apreciar o livro em toda a sua riqueza; riqueza que envolve duas trajetórias, uma de vida mundana e outra de vida intelectual. Ambas de certa maneira se cruzam em mim. Por imensos acasos da vida, esbarrei prazerosamente com o André Azevedo inúmeras vezes. Lembrou-me, ainda na graduação, o perfil de aluno sério, compenetrado, envolvido seriamente com as teorias anarquistas e enfático no anúncio das possibilidades que elas podiam trazer para a vida e para a história.

O primeiro movimento de André manteve a perspectiva anarquista, mas já tomou a cidade, no sentido genérico, como referência; daí para diante, aos poucos, o autor foi realizando a sua descoberta do Rio de Janeiro. Mantive-me como orientador nas duas oportunidades seguintes, mestrado e doutorado. O texto que ele nos apresenta agora é basicamente o seu trabalho de doutorado. Trabalho que qualifica a sua maturidade intelectual e a continuidade de sua seriedade acadêmica. Compenetrado no tema, André se debruçou sobre

a produção da cidade moderna, tomando o período do que ele chama de “grande reforma”, a de Pereira Passos, como ponto focal.

A partir daí o que vemos é uma grande batalha de ideias, de interpretações e de teorias. A veemência de André aparece no texto na força de suas palavras, no peso de suas argumentações e nas possibilidades que apresenta para a interpretação da cidade moderna.

Poucos trabalhos sobre o Rio de Janeiro realizaram tanto esforço no sentido de assentar, com clareza, o que temos sobre a cidade. O autor envolveu em seu trabalho a maioria dos textos escritos sobre a cidade, requisitou mais e buscou, como lhe é próprio, conceitos e teorias. Criticou as ideias de progresso e de civilização quando estas apontavam mecanicamente para a ideia de uma cidade que imitava Paris. Desobedeceu à tradição quando propôs um Pereira Passos consciente do que está fazendo e sabedor das dificuldades, principalmente realçando o lado da competência teórica do prefeito que era conhecido como o do “bota-abaixo”.

Esse talvez seja um dos aspectos mais grandiosos do trabalho: refazer a imagem do prefeito Pereira Passos, mostrando as suas articulações e seus interesses sem cair na facilidade de jogá-lo fora, chamando-o de Hausmann tropical. Tudo isso feito no belo estilo de um historiador que esteve sempre atento ao que se passava em volta e que nunca caiu na tentação de fazer da história uma dimensão absoluta. André reuniu neste livro a faceta do historiador que tenta combinar teoria e prática, conceitos e materiais empíricos, não os juntando de maneira a provar as suas hipóteses, mas preocupado em descobrir argumentos que pudessem consolidar interpretações. Por vezes, isso é feito até de forma mais dura, sem tirar o brilho das reflexões, mas pela veemência se aproximando do que é indicado como desajuste pela sua própria crítica. Refiro-me, em especial, à crítica feita aos enfoques positivistas na análise da cidade moderna, que a instrumentalizam e a relacionam com o capitalismo de forma simplista, sem apresentar questões e sem formular problemas a partir da história da cidade.

André, ao contrário, está no livro continuamente levando o leitor a pensar nos problemas que ele indica. Nada é fácil no livro, tudo vem acompanhado de argumentos sem tornar a leitura tediosa, mostrando que o leitor é inteligente e capaz de acompanhar a trajetória proposta pelo autor.

Há tantas novidades no livro, que acabaria por escrever outro se me dedicasse a destacá-las. Deixo, leitor, para você a tarefa de descobrir as possibilidades do livro. Mas, de uma coisa eu tenho certeza, quando acabarem de ler este livro terão uma visão da cidade do Rio de Janeiro bem diferente, compreenderão melhor o que se passa hoje com ela, pois esta foi a contribuição do autor – mexer com coisas do passado que apresentem as possibilidades do presente e do futuro.

Morro da Conceição/Zona Portuária, 28 de janeiro de 2010

Antonio Edmilson Martins Rodrigues

Professor da PUC-Rio

Prefácio

Pereira Passos, entre o passado e o futuro



Da leitura do livro de André Azevedo emerge um Pereira Passos humano, complexo, não apenas a figura-símbolo de uma certa imagem da Reforma Passos celebrizada pela historiografia dos anos 1980 como o homem do “bota-fora”, da exclusão das classes trabalhadoras do centro do Rio de Janeiro. Engenheiro humanista, erudito, colecionador, formado na conjunção entre romantismo e conservadorismo que marcou o projeto moral do Império, o prefeito das reformas que reconfiguraram a identidade do Rio de Janeiro mostra-se aqui de corpo inteiro.

André Azevedo denuncia, com razão, certo procedimento instintivo de parte da intelectualidade brasileira de sempre interpretar a vida nacional como uma cópia imperfeita das matrizes europeias ou norte-americanas. As ideias de Pereira Passos como um “Hausmann tropical”, ou do Rio de Janeiro como uma cópia superficial de Paris, são veementemente refutadas com riqueza de argumentos, farta pesquisa documental e erudição invejável. No lugar de uma “Reforma”, vemos diversos projetos de intervenção em disputa, cada um deles com seus “projetos morais”, suas concepções de tempo, história e vida urbana. No lugar da cidade vitrine, vemos emergir,

por entre diversas camadas de historicidade, uma cidade que resiste como sujeito, complexa, profunda, algumas vezes contraditória e ambivalente.

O livro de Azevedo é também uma declaração de amor ao Rio, a defesa e o reconhecimento da centralidade de uma história e uma paisagem. Para quem conhece a cidade, é a descoberta de novas camadas, de novos sentidos para ruas e prédios que ainda estruturam a vida cotidiana. Desse modo, insere-se em uma longa tradição de pensar e descrever a cidade que nasceu junto com a própria urbe. De aventureiros a viajantes, de autoridades públicas a grandes escritores de ficção e historiadores, os exemplos são muitos.

Publicada em 1825, as memórias de Luis Gonçalves do Santos iniciam com um passeio panorâmico pelas ruas do Rio de Janeiro. O leitor é conduzido pelos grandes melhoramentos na cidade desde a segunda metade do século XVIII, com a ação dos vice-reis, mas que se aceleravam de modo assombroso com a chegada da família real portuguesa em 1808. Em menor escala, o relato de Santos prefigura a dinâmica entre a urbe e o poder do Estado transplantado que seria uma marca de longa duração.

Essa descrição do corpo e alma da cidade, para lembrar João do Rio, é um gesto ao mesmo tempo estético, moral e cognitivo. Parece que os grandes momentos de reforma e transformação, ao quebrarem a normalidade do uso, despertam nos moradores um novo olhar sobre o espaço. Os momentos de reforma são indutores dessa quebra da rotina e do repensar da memória coletiva, como muito bem descreveu Maurice Halbwachs.

Como na época da Grande Reforma, hoje o morador e o turista podem testemunhar outro momento de grandes mudanças. O cruzamento entre a avenida Rio Branco, antiga avenida Central, com a presidente Vargas conduz o pedestre ocioso, como por magnetismo, em direção ao mar, ainda invisível nesse ponto da cidade, apesar de tão próximo. Na altura da Rio Branco pode-se sentir o clima das novas reformas, as obras do VLT ressuscitam o antigo canteiro central da famosa avenida, que o carioca da minha geração só conheceu por fotografias. Nesse ponto, já é difícil saber se é o futuro ou o passado que se experimenta. Ainda na presidente Vargas, a Candelária é vencida em direção ao CCBB, o mar adivinhado há muito não estava tão presente. Com a demolição do monstro da perimetral, toda essa faixa litorânea é (re)apresentada à cidade. A cidade sonhada e expe-

rimentada por Passos vai ressurgindo em um movimento de sincronismo e anacronismo arquitetônicos e urbanísticos.

Em frente ao Paço, o Rio descobre-se uma nova Lisboa, não aquela medieval, mas a que ressuscitou após o terremoto. Um Rio aberto ao comércio do mundo, que havia sido soterrado pela religião do progresso que Azevedo tão bem descreve como uma das forças atuantes na Grande Reforma Urbana. O entorno do Paço, hoje revigorado, documenta a capitalidade da urbe, tão bem descrita por este livro de Azevedo. A tradição, feita espaço, pode ser ainda sintonizada nesse lugar em cena.

O projeto Porto Maravilha – apregoam os painéis publicitários da prefeitura – criará um corredor da praça XV à Zona Portuária. A praça Mauá torna a ser uma praça, com o paradoxal Museu do Amanhã já despontando na baía e o Arsenal de Marinha voltando a organizar o espaço. Mais adiante, no fundo da praça, o novo Museu de Arte do Rio (MAR), com suas exposições que pretendem resistir às forças de gentrificação do Centro, exhibe, com todas as suas ambivalências, as margens da cidade, seja na história da escravidão no Valongo, seja nas populações de “indesejáveis” que não desistem de cavar seu lugar na cidade, dos carroceiros aos migrantes, dos favelados aos sem-teto, dos nordestinos aos novos africanos.

Em um Rio de preços e aluguéis surreais, de temperaturas distópicas, a tradição de resistência urbana ainda vive e promete inesperados terremotos a bagunçar o tempo vazio do capitalismo (e do turismo) global. Como bem demonstra Azevedo, a cidade não é apenas objeto de intervenção, ela também é sujeito capaz de investir suas forças históricas em projetos e reações. Mesmo Pereira Passos, tão sensível à necessidade de reinvestir a tradição como porta de entrada no futuro, em alguns momentos “não foi capaz de perceber que a historicidade de uma cidade é sujeito, e não objeto de intervenção. Os valores da civilização encontravam limites na validade dos costumes da urbe”.

Em sua canção *Futuros Amantes*, Chico Buarque transfigura a tradição das narrativas da vida urbana carioca ao imaginar escafandristas a “passar” por um Rio de Janeiro submerso, em um futuro distante e ambientalmente transtornado. Nas ruínas desse Rio-Atlântida, esses mergulhadores-arqueólogos deparam-se com “amores sempre amáveis” vividos em um passado

recuperado em gavetas, ruínas, cartas esquecidas. Assim como o poeta, André Azevedo nos guia pelas ruínas de um Rio de Janeiro que se recusa a passar, de uma cidade que sobrevive a sua própria pulsão autodestrutiva, a um reformar contínuo que apaga e traz de volta. Em seu livro, Azevedo, assim como o poeta, prova que o tempo é vazio apenas para os que ignoram a história. Ao ler documentos desprezados como as cartas e diários de Passos, Azevedo produz não apenas uma nova imagem das reformas, mas nos restitui partes de nosso passado que haviam sido soterradas pelas demandas de um presente, o dos anos 1980, que acreditou demais em um futuro que poderia surgir contra o passado. Essa recusa, algo envergonhada, marca ainda a postura de setores de nossas elites e classes médias, que herdaram as riquezas produzidas pelo passado, mas que se recusam a assumir responsabilidades e vínculos com o mundo que ajudaram a produzir e que os produziram.

Não apenas para conhecer e compreender a Grande Reforma Passos, mas para viver a complexidade do Rio de Janeiro de hoje, o livro de Azevedo é fundamental. Indo a contrapelo de muito do que foi escrito sobre a reforma, Azevedo discorda da visão tradicional de um Pereira Passos quase demoníaco a expulsar as classes populares do centro da cidade. Em seu lugar, propõe a ideia de uma integração conservadora, da crença do prefeito em um ideal de civilização que o tornava um homem do Império, um tanto sem lugar em uma República obcecada pelo progresso técnico monetarizado. Propõe a existência de duas propostas de reformas concomitantes, em alguns pontos concorrentes, porém articuladas na Grande Reforma que efetivamente aconteceu.

Entende que o prefeito Passos nunca desejou arrasar o passado, mas, antes, recuperá-lo e projetá-lo em futuros possíveis. Do outro lado, a cidade “real” dos interesses empresariais, das urgências técnico-autoritárias, da ganância das elites políticas e seus satélites no Clube de Engenharia, da especulação imobiliária. A história do Rio é uma demonstração contínua de que o sonho e o seu avesso são simultâneos. Nas reformas, de hoje e de ontem, as forças semelhantes encenam seus dramas, forças que parecem querer se anular, mas que não podem prescindir umas das outras. O valor da cidade, o que a torna objeto de cobiça e disputa, é o valor de sua história

e seus habitantes, de sua capitalidade; querer esvaziá-la dessa alteridade é torná-la um museu vazio.

O livro de Azevedo convida-nos a viver um presente urbano que converge múltiplas temporalidades, múltiplas tradições que, como cascatas sucessivas, desabam continuamente sobre o agora. As ruas do Rio de Janeiro colonial e joanino de 1808-1820 descritas por Santos são as mesmas cortadas pela Grande Reforma e são elas ainda que vemos ressurgir no projeto Porto Maravilha. Os monumentos que sobrevivem ao tempo, transmitidos ou apagados nessas reformas, são vínculos que nos ligam à tradição. Como bens culturais, devem nos lembrar da luta contínua e feroz pela sua herança, como escreveu Walter Benjamin; esses bens não é possível separar a civilização da barbárie. Os futuros para os quais essas ruas e esses monumentos nos encaminham não são diferentes, e não cabem no museu.

Como um historiador da tradição, Azevedo sabe que o passado não é um objeto inerte na prateleira, nem a representação domesticada da indústria cultural e do turismo global. O passado da tradição é o terremoto inesperado que mostra ao presente o solo frágil sobre o qual assenta as suas fantasias de permanência, estabilidade e controle.

Ouro Preto, 11 de março de 2014

Valdeci Lopes de Araujo

Professor da Universidade Federal de Ouro Preto

Introdução

O presente livro busca revisitar o tema da Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro, ocorrida entre 1903 e 1906, como momento crucial no qual duas distintas tradições se entrecruzaram para a realização da maior reforma urbana já levada a cabo na história do Brasil.

Este é um livro de história do Rio de Janeiro, o que não implica desprezo ao diálogo dessa com a história do Brasil. Ao contrário, a pressupõe, e a tem em conta como forma valorosa de se compreender distintos momentos da cidade, que durante muito tempo foi sede tanto da Corte imperial como da capital federal da República brasileira. Esse diálogo só se dará na medida em que se apresentar como relevante para iluminar a história da cidade. Nunca como forma de escamotear a história dessa última na história nacional, ou de reduzir a explicação da mesma à sua função como capital federal, o que significaria explicar a urbe pelo país na qual está inserida, alternativa através da qual a cidade não seria protagonista de sua própria história, ou seja, um contrassenso do mesmo quilate que o de explicar a história do Brasil através da história geral, o que seria diferente de pô-las em diálogo.

Durante a maior parte do século XX a história das cidades foi percebida como algo de menor importância em face da história nacional.

Somente entre finais da década de 1970 e início da década seguinte é que os trabalhos acadêmicos sobre essa temática passam a ter alguma expressão no conjunto da produção historiográfica brasileira. A essa vaga seguiu-se um período de depressão na produção sobre o assunto, e no início do século atual o tema cidade volta à voga, talvez na esteira da tendência à afirmação das identidades locais como forma de reação ao processo de desreferencialização típico da pós-modernidade (cf. Hall, 2005; Bauman, 2001).

Em superposição a esse movimento historiográfico contemporâneo que valoriza a história local, vemos um reavivamento dos estudos acadêmicos sobre o Rio de Janeiro. Cidade portadora de capitalidade¹ desde a época colonial. Antes mesmo de conquistar o status de capital, o Rio de Janeiro passou por um período de grandes transformações desde 1960, com a perda da condição de capital e a sua fusão com o estado do Rio de Janeiro em 1975. Essas transformações constituíram desafios à cidade, a sua reinvenção sob novos estatutos, mas não abalaram a sua capitalidade. A partir de fins da década de 1980, a urbe inicia um período de forte crise social, que se traduziu em conflagração urbana ostensiva. A cidade passou a ser reconhecida no Brasil e no mundo sob o signo da violência. Fatos marcantes como a chacina dos menores moradores de rua da Candelária, a chacina de Vigário Geral e o sequestro do ônibus 174 marcaram profundamente a imagem pública do Rio de Janeiro em fins do século XX, e colaboraram para estigmatizar a cidade, atingindo fortemente a sua capitalidade. O charme e o glamour do Rio de Janeiro perdiam espaço para a violência na constituição simbólica da urbe carioca. Esse movimento de degradação da imagem pública da cidade minava a sua capitalidade.

Não obstante, a contrapelo de todas as expectativas, e fazendo valer o bônus simbólico presente em sua capitalidade, a cidade passou a recobrar

1 Entendo por “capitalidade” um fenômeno tipicamente urbano que se caracteriza pela constituição de uma esfera simbólica originada de uma maior abertura a novas ideias por parte de uma determinada cidade, o que confere a esta um maior cosmopolitismo relativo às suas congêneres e uma maior capacidade de operar sínteses a partir das diversas ideias que recepciona. Esse conjunto simbólico, que se desenvolve nas vicissitudes das experiências históricas vividas por esta urbe, identifica a cidade como espaço de consagração dos acontecimentos políticos e culturais de uma região ou país, tornando-a uma referência para as demais cidades e regiões que recebem a sua influência (cf. Azevedo, 2002).

uma boa parte do terreno perdido para a crise crônica de violência urbana que corrompeu a sua imagem. Consegue arregimentar forças para retornar ao centro dos interesses através de uma intensa agenda de grandes eventos de abrangência internacional, possibilitada por novas alianças políticas que articulavam as instâncias de poder municipal, estadual e federal. Um alinhamento que não ocorria há 25 anos e que somou para as possibilidades de execução de políticas públicas na urbe carioca. Essa nova articulação política soube explorar o potencial da cidade, presente em sua tradição de capitalidade. Assim, essa ação política concatenada possibilitou ao Rio de Janeiro a organização de uma sucessão de grandes eventos de abrangência internacional. Em 2011, a cidade é sede dos Jogos Militares Mundiais; em 2012, recebe a Conferência Internacional Rio+20; em 2013, é a principal sede da Copa das Confederações, lugar de sua final, ao mesmo tempo em que é palco das maiores manifestações brasileiras contra as limitações do mundo político formal e a má qualidade de prestação dos serviços públicos; em 2014, recebe a final da Copa do Mundo da Fifa, e em 2016 organizou os Jogos Olímpicos.

Essa agenda intensiva da cidade encontrará o seu ápice na realização dos Jogos Olímpicos e no conjunto de reformas urbanas que a cidade realizará, com destaque às intervenções urbanas na região portuária. A realização das olimpíadas e da reforma urbana que a suportará traz à tona novas questões sobre o Rio de Janeiro. Temáticas como reforma urbana, vocação, patrimônio histórico, história e memória da cidade vêm ganhando espaço na esteira dos grandes eventos que a cidade vem abrigoando. Esse movimento de revivescimento do interesse pelo Rio de Janeiro é demandante de novas questões que são lançadas à cidade. A urbe se vê instada a repensar a sua trajetória histórica, sobretudo naqueles momentos cruciais de reordenamento simbólico de sua imagem pública, tal qual ao que ora assistimos no contexto dos grandes eventos pelos quais vem passando a cidade.

Assim, a demanda à reflexão sobre a trajetória histórica do Rio de Janeiro nunca esteve tão em voga. Nunca esteve tão presente na cidade a necessidade de responder a questões que o presente lança ao passado: nossa identidade, nosso modelo de cidade e as possibilidades de reordenação simbólica que o novo momento enseja. Vivemos um momento de responder a

essas questões para assumirmos novos caminhos. Nesse sentido, a produção historiográfica pode colaborar com a reflexão sobre algumas dessas questões na medida em que pensa a cidade não como um objeto de intervenção a partir de soluções iluministas, mas como uma comunidade organicamente constituída pela vivência de um conjunto de experiências no tempo que moldaram o seu espírito, e suas formas de organização para a solução dos seus problemas. Enfim, a historiografia sobre o Rio de Janeiro pode colaborar de forma distinta para a sua compreensão na medida em que o pensa menos como objeto e mais como historicidade, como movimento, como experiência coletiva no tempo que é proponente de um diálogo desafiador com o tempo presente.

Considero, com Hans Georg Gadamer (1997), que a produção de conhecimento em história é dinâmica e responde a um diálogo no qual o historiador se vê imerso no interior do movimento de uma tradição. Assim, a sua produção de saber é pautada pela historicidade da compreensão, que é o fio condutor do processo hermenêutico que lança questões ao passado. Nessa perspectiva, a produção de saber pelo historiador deve se dar na chave do diálogo, que reconhece a alteridade dos agentes do passado e, assim, permite a manifestação de novas dimensões do mesmo. Esse desabrochar de novas dimensões do ocorrido só se dá à percepção por força das novas questões que o historiador é capaz de colocar enquanto ser situado em um novo momento da historicidade do seu tempo. Com efeito, novas chaves de questões são evocadoras de diferentes dimensões do passado. A situação do historiador no interior da tradição e as perguntas que este faz ao seu objeto/sujeito são decisivas na produção do saber historiográfico, diálogo no interior do tempo que eles são, e não através do tempo, como indica o paradigma científico do século XVII, fundamentado sobre a sacralidade que conferiu à ideia de método. Este livro que ora apresento entende o conceito de método a partir do seu sentido grego, como *meta odós*, a saber: aquilo que é projetado pela experiência. Ou seja, a noção de método com a qual trabalhamos não pode pressupor, como no paradigma das ciências da natureza, do século XVII, um instrumento prévio à interpretação das fontes, mas antes, algo que nasce da experiência do historiador com as mesmas, de um movimento primeiro de permitir que estas “falem” para, em um segun-

do momento, estabelecer um campo de possibilidades para a compreensão dialógica das mesmas. Para cumprir a tarefa de produzir conhecimento sobre o passado o historiador não necessita de nenhuma forma de legitimação metodológica pautada em esquemas explicativos prévios ao diálogo com as suas fontes, tampouco necessariamente buscar referenciais em outras áreas do conhecimento, que vemos apenas como uma possibilidade, legítima, pois o saber não deve ter fronteiras, mas nunca como uma imperiosidade, uma *conditio sine qua non* do exercício legitimado do seu ofício.²

Quanto à produção historiográfica sobre a Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro, cabe lembrar que ela não foi de pouca monta. Muito foi realizado sobre o assunto, e em especial sobre a figura do prefeito Pereira Passos, sem dúvida a principal figura do conjunto de reformas dessa época.

De uma maneira geral, podemos dividir a historiografia sobre as reformas em dois momentos. O primeiro, egresso das comemorações do centenário do nascimento de Pereira Passos, em 1936, se caracterizou por um conjunto de textos laudatórios do antigo prefeito da capital federal (cf. Rosa, 1936; Ribeiro, 1936; Correia, 1936). Neles o engenheiro aparecia como regenerador da cidade, organizador de uma urbe em descaminho, e redentor nacional por ter trazido o progresso e a civilização à capital federal. Enfim, um conjunto de textos que teciam loas ao prefeito no âmbito das comemorações de seu centenário, e o retratavam e a Grande Reforma Urbana de 1903-1906 como marcos do progresso e da civilização na história nacional. Era a época do governo Vargas, um ano antes do estabelecimento do Estado Novo, período no qual a questão nacional já estava na pauta de questões da capital federal. Chamo-a de “historiografia laudatória”.

2 Cabe lembrar aqui que o Ocidente reduziu o saber a conhecimento científico no século XVII, e que as chamadas ciências do espírito, ou ciências humanas, importaram esse paradigma no século XVIII, no contexto do iluminismo. Devemos lembrar também que este paradigma vem demonstrando forte vigência em nosso campo do saber há mais de 200 anos, sempre fiado no paradigma seiscentista das ciências da natureza, no qual a ideia de método é a fiadora de sua produção de conhecimento. Em tempo, esse paradigma está superado há mais de 100 anos nas ciências da natureza. Sobre as formas de saber acalentadas pelos gregos, listadas por Aristóteles, cf. Aristóteles (1895).

O segundo momento historiográfico, que retoma o assunto depois de quatro décadas, é por mim chamado de “historiografia dos anos 1980”. É uma historiografia que assume um posicionamento de crítica moral e política à Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro. Essa historiografia localizou-se em um período curto de tempo, entre os fins da década de 1970 e o início dos anos 1980, década do surgimento da maior parte dos seus trabalhos. Marcaram esse momento historiográfico os importantes trabalhos de Maurício de Abreu, Jaime Benchimol, Osvaldo Porto Rocha, Lia Aquino, Sérgio Tadeu Lamarão e Lilian Vaz, entre outros. Via de regra, a maior parte dos seus textos pouco diferenciavam as reformas urbanas, federal e municipal, percebendo-as como um bloco monolítico; consideravam a reforma urbana de Pereira Passos como mera cópia deslumbrada de Paris; analisavam as ações reformadoras pelo viés do jogo de dominação de classes, como uma ação concatenada da burguesia nacional para expulsar os trabalhadores de baixa renda do Centro a fim de lucrar com a especulação imobiliária e aburguesar o centro urbano do Rio de Janeiro como forma de controle do operariado e profilaxia de possíveis levantes dessa classe social.

Esses trabalhos surgiram em um ambiente acadêmico fortemente marcado pelo paradigma marxista, no qual a discussão da luta de classes ocupava papel proeminente. O contexto político nacional no qual se inseriam apresentava um movimento de redemocratização, com a anistia e o retorno dos exilados, com a ascensão do movimento operário, das associações de moradores e de favelados, com o movimento Diretas Já e com todo um sentimento de retomada do espaço público da cidade e luta contra o autoritarismo da ditadura militar brasileira, que limitava o direito ao usufruto livre do espaço da cidade. Nessa historiografia, Pereira Passos aparecia como tirano, ditador, usurpador do espaço público, e representante de uma classe opressora, que lutava de maneira autoritária, através do Estado brasileiro, para marginalizar os pobres que habitavam o centro da cidade.

Não resta dúvida de que o trabalho dessa historiografia saiu vitorioso do embate com os memorialistas laudatórios da década de 1930. Desde meados da década de 1980, vincava-se um padrão de análise sobre o tema da Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro que iria entrar no século seguinte inalterado em termos de padrão interpretativo e, portanto, hegemônico.

O presente livro busca pensar a Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro, e em especial a Reforma Urbana de Pereira Passos, para além, por um lado, das leituras da historiografia laudatória, que se estabeleceu pelo elogio acríptico dos memorialistas desta última, que a descreveu como redentora da cidade, e, por outro, em superação das interpretações da historiografia dos anos 1980, que tendeu a satanizar a figura do antigo prefeito da capital federal como títere da burguesia nacional e perseguidor implacável das classes populares, obcecado por expulsá-las do centro da cidade. Em nossa avaliação, nem uma, nem outra investiram na compreensão do projeto urbanístico de Pereira Passos, tampouco na diferenciação entre os princípios de urbanismo das duas reformas urbanas que ocorreram paralelamente dentro do que conceituo como Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro. Por essa denominação entendo a ação concatenada de duas distintas intervenções urbanísticas, uma sob a responsabilidade do governo federal, e a outra sob o comando do governo municipal, que operaram simultaneamente em diferentes frentes de ação, mantidas por diferentes projetos, que foram sustentados por distintos arcos de valores orientadores, atinentes a duas diferentes tradições presentes na cidade do Rio de Janeiro. Assim, este livro busca não somente estabelecer uma diferenciação e compreensão dos distintos projetos presentes na Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro, mas também pensar a historicidade dos valores que os sustentaram: da parte de Reforma Urbana de Pereira Passos, o ideal de civilização como valor maior a ser conquistado, que remontava ao *ethos* do Brasil monárquico. Da parte da Reforma Urbana Federal, liderada pelo consórcio entre o Clube de Engenharia e a burguesia cafeicultora paulista, o valor magno a ser exaltado foi o do progresso material, que remontou à experiência dos primeiros anos da República na cidade.

Para desenvolver esses objetivos, optamos por dividir o livro em quatro capítulos: um que se inicia por volta do ano de 1870, época na qual a sociedade monárquica começa a ver os seus alicerces ruírem em meio à crise com os liberais, iniciada em 1868, com a destituição do Gabinete Liberal nesse ano, e as insatisfações políticas de parte das camadas médias e da elite brasileira, traduzidas na formação de partidos republicanos no Rio de Janeiro e em São Paulo, e período de forte progressão do crescimento da cidade e

da diversificação de sua população com o crescimento das camadas médias urbanas. Nessa época, o discurso do progresso da civilização ganhou grande importância no Império, pois surgiu como resposta ao fracionamento da base política da monarquia. A afirmação retórica da ideia de um “progresso da civilização” no Brasil de então foi uma forma de reação do Império à perda paulatina de controle do processo político brasileiro desde 1868. A afirmação da civilização como valor maior a ser exaltado pela monarquia brasileira, e a leitura de que esta civilização estaria em progresso, constituiria um discurso que marcaria as gerações formadas sob os valores acalentados pelo Império.

O segundo capítulo trata do período republicano; de como a experiência republicana foi decisiva na reorientação do que classifiquei como o eixo de subordinação entre as ideias de civilização e de progresso, através, fundamentalmente, de dois movimentos: a reordenação do edifício político com o advento do novo regime, e a experiência do encilhamento na cidade. Esses movimentos propiciaram uma inversão no eixo de subordinação moral na cidade. Se no período imperial a civilização era o valor maior, que subordinava a si – às suas finalidades e valores – a ideia de progresso, na República deu-se o oposto. Nela, a ideia de progresso, pensada enquanto desenvolvimento material, reverteu a posição desse eixo moral, passando a assumir a parte superior do mesmo, e subordinando a si, aos seus fins e prioridades, a ideia de civilização, que agora passava a ser notada como um valor relativo aos imperativos do progresso e de seu movimento avassalador. Na República, a “civilização” não foi mais um valor em si, como o progresso nunca o foi na monarquia brasileira, mas um valor relativo ao movimento do progresso, do qual dependeria para fazer-se valer. Este capítulo busca discutir também como essa ideia de progresso foi abraçada tanto pela burguesia cafeicultora paulista como pelos engenheiros que giravam em torno do Clube de Engenharia, e como se operou a convergência de interesses entre esses dois grupos que militaram ativamente em prol dos valores do progresso concebido enquanto desenvolvimento material.

No capítulo terceiro, entraremos na compreensão da Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro, ocorrida entre 1903 e 1906. Apresentaremos um esboço biográfico de alguns dos nomes que se destacaram no desen-

volvimento dessa reformulação urbana, com especial destaque para a figura de Pereira Passos, por ter sido o responsável pela parte mais abrangente da Grande Reforma Urbana da cidade. Neste capítulo estabeleceremos as diferenças entre o projeto de intervenção urbana federal, pautado na metáfora política do progresso, que significa dizer “a República é o progresso” e se afirma pelo progresso, e o projeto de reformulação urbana municipal, que se estriba na metáfora política da civilização, que significa dizer “a cidade tem que ser civilizada” e busca se afirmar pelo propósito de fazer valer os valores da “civilização” na urbe. Este é um capítulo que busca dialogar com a historiografia dos anos 1980, por ser a historiografia que apresenta valor acadêmico de análise. Muitas de nossas considerações partirão da contribuição que essa historiografia deu, e do contraponto hermenêutico à ela que constitui o nosso trabalho.

O quarto capítulo busca resumir e organizar alguns dos principais posicionamentos que foram sendo entabulados nos três capítulos anteriores. É a seção do livro que discute mais diretamente com a historiografia sobre a Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro, confrontando passo a passo posicionamentos divergentes. A sua parte final realiza um balanço da reforma urbana de Pereira Passos e seu impacto para a cidade que, ao meu ver, ficou fortemente subestimada após a produção historiográfica da década de 1980, responsável pela difusão da percepção da Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro como um evento infrutífero para a cidade.

Na conclusão, apresento os limites do projeto de integração conservadora de Pereira Passos e do culto a uma perspectiva de progresso arrasadora do consórcio político que operou a reforma urbana federal, discutindo o caráter incompreensivo que ambos os projetos apresentaram face ao que é a singularidade da tradição da cidade.

Esclareço que por vezes as citações que realizo através de fontes de época virão com algumas palavras em negrito e em itálico. Essas marcações serão de minha autoria, e terão a função de marcar ao leitor palavras-chaves que dão acesso às ideias nelas inseridas pelos atores de época. Optei por esse procedimento por este livro tratar-se, também, de um trabalho de história das ideias que, ao longo de seu percurso no texto, o leitor perceberá, têm alta relevância para este trabalho, sendo fundamentais para a compreensão

das teses por mim sustentadas. Isso se passará, sobretudo, com as ideias de civilização e progresso, as mais importantes nesse âmbito e, algumas vezes, com termos que lhe são correlatos, inseridos que estão, de alguma maneira, no seu campo semântico.

Por fim, este é um trabalho que se aloca no campo da história das ideias, e busca discutir projetos de cidade que se fizeram presentes na Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro a partir da historicidade dessas ideias. Na qualidade de produção historiográfica sobre ideias, é um trabalho que busca levá-las a sério, e entendê-las como sendo portadoras de um vigor de pensamento próprio de quem pensou projetos para a cidade ou para o país.

No verdor do primeiro ano do meu mestrado em história, em 1995, quando comecei a pesquisar sobre a Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro e a fazer despontar questionamentos que aparecerão neste livro, um competente historiador, antigo mestre, indagou-me, preocupado com a originalidade do trabalho do seu discente: “Não estaria esse tema esgotado?”. A resposta final a esse questionamento só poderá ser dada pelo leitor, ao cabo da leitura deste livro. Espero que a conclusão de quem vier a lê-lo possa convergir com aquela realizada pelo professor anos depois, que, embora historiador dos mais competentes, tem a sua avaliação final “sob suspeita” por ter se tornado um amigo.